

S
UFRJ/IEI
TD77

034461-3

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

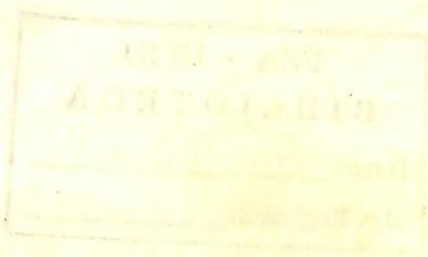
TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 77

A RETOMADA DA HEGEMONIA
NORTE AMERICANA - Um apro-
fundamento do debate -

Maria da Conceição Tavares

Julho/1985

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



A RETOMADA DA HEGEMONIA NORTE AMERICANA
- Um aprofundamento do debate - *

Maria da Conceição Tavares



43 - 016339

Julho/1985

(*) Texto preparado para RIAL

anpec
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
de centros de
PÓS-GRADUAÇÃO
em economia

Este trabalho foi impresso
com a colaboração da ANPEC
e o apoio financeiro do PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
PESQUISA ECONÔMICA



FEA - UFRJ
BIBLIOTÉCA
Data: 05, 07, 93
N.º 034461-3
MS 88829

S
UFRJ/IEI
TD 44

FICHA CATALOGRÁFICA

Tavares, Maria da Conceição
A Retomada da Hegemonia Norte-Americana - Um
aprofundamento do debate.-- Rio de Janeiro, Uni-
versidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Economia Industrial, 1985
49 p. (Texto para Discussão, n. 77)

A RETOMADA DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

- Um aprofundamento do debate.

Maria da Conceição Tavares

A questão da hegemonia é muito mais complexa do que os in
dicadores econômicos mais evidentes são capazes de demonstrar. Con
vém assim advertir desde logo, para evitar mal entendidos, que nos
sa hipótese de retomada da hegemonia americana não passa por sus
tentar que a performance de valorização do dólar e a taxa de cre
scimento interno americano se mantenham.

O fulcro do problema não reside sequer no maior poder eco
nômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade
de enquadramento econômico-financeiro e político-ideológico de seus
parceiros e adversários. Este poder deve-se menos à pressão trans
nacional de seus bancos e corporações em seus espaços locais de
operação, do que a uma visão estratégica da elite financeira e mi
litar americana que se reforçou com a vitória de Reagan. Em verda-
de, seus sócios ou rivais capitalistas são compelidos, não apenas
a submeter-se, mas a racionalizar a visão dominante como sendo a
"única possível". Esta racionalização vem passando em matéria de
política econômica pela aceitação de um ajuste recessivo que cor
responde a uma sincronização da política econômica e da ideologia
conservadoras sem precedentes. Em termos estratégicos militares,
passa por uma visão de "guerra" em que se reconhece que os inter
ses gerais da segurança mundial estão no substancial bem defendi-
dos pela grande potência americana. Vale dizer, significa a acei
tação pela elite política mundial que o Presidente Reagan afinal
não é um "louco" mas um "homem resoluto que se impôs aos seus ad
versários" e que está dando a "linha justa" para o resto do mun-
do capitalista.

O que esse ensaio pretende demonstrar é como esta vitória "política-ideológica" foi precedida por um reenquadramento por parte do governo americano do movimento policêntrico que vinha tendo lugar a partir da transnacionalização dos capitais de origem norte-americana.¹

A outra questão que corre paralela à da retomada da hegemonia, mas é de natureza mais profunda, e cujas tendências ainda não estão claras, diz respeito à tendência e à uma nova divisão internacional do trabalho, em que os EUA passariam realmente a ser uma potência verdadeiramente cêntrica, capaz de reordenar a economia mundial, com base num novo tipo de transnacionalização da sua própria economia nacional.

Até recentemente não era razoável supor que os EUA conseguissem reafirmar sua hegemonia sobre seus concorrentes ocidentais e muito menos tentar transitar para uma nova ordem econômica internacional e para uma nova divisão de trabalho sob seu comando. Hoje essa probabilidade é bastante alta.

Até o final da década de 70, não era previsível que os EUA fossem capazes de enquadrar dois países que tinham uma importância estratégica na ordem capitalista: o Japão e a Alemanha. Se os EUA não tivessem conseguido submeter a economia privada japonesa ao seu jogo de interesses e se as políticas inglesas e alemãs não fossem tão conservadoras, os EUA teriam enfrentado dois blocos

(1) Para o que consideramos os traços essenciais desse movimento de transnacionalização ver GILPIN (1975) e M.C. Tavares e A. Teixeira (1981).

com pretensões européias e asiáticas de independência econômica. Deve-se salientar que, àquela altura, os interesses em jogo eram tão visivelmente contraditórios que as tendências mundiais eram policêntricas e parecia impossível aos EUA conseguir reafirmar sua hegemonia, embora continuassem a ser potência dominante.

Outras circunstâncias gerais que se tornaram manifestas na década de setenta pareciam colaborar para esta tese. O sistema bancário privado operava totalmente fora de controle dos bancos centrais, em particular do FED. O subsistema de filiais transnacionais operava divisões regionais de trabalho intrafirma, à revelia dos interesses nacionais americanos, e conduzia a um acirramento da concorrência no interior dos demais países capitalistas que era favorável à modernização e expansão européia e japonesa e desfavorável aos EUA. Em síntese, a existência de uma economia mundial sem pólo hegemônico estava levando à desestruturação da ordem vigente no pós-guerra e à descentralização dos interesses privados e regionais.

Os desdobramentos da política econômica interna e externa dos EUA, de 1979 para cá, foram no sentido de reverter estas tendências e retomar o controle financeiro internacional através da chamada diplomacia do dólar forte. Esta, como se verá, apesar de mergulhar o mundo numa recessão generalizada, deu aos EUA a capacidade de retomar a iniciativa. Assim os destinos da economia mundial, encontram-se hoje, mais do que nunca, na dependência das ações da potência hegemônica.

1 - A diplomacia do dólar forte

O sistema monetário internacional com base no padrão dólar-ouro nunca funcionou a contento como tão bem previra Triffin (1958). A rigor depois da etapa de "escassez de dólares", que terminou com a criação do Mercado Comum Europeu, o sistema de Bretton Woods só se manteve em funcionamento razoável, do ponto de vista do balanço de pagamentos dos seus principais países membros, porque o bloco europeu conseguiu compensar intraregionalmente as posições superavitárias de um conjunto de países com as deficitárias de outros, através do mercado de euromoedas. Do ponto de vista do "Sistema Monetário Internacional", porém, o dólar só foi aceito como moeda de reserva - apesar da sua nítida tendência à "desvalorização" na década de sessenta - porque ocorreu a filiação dos bancos americanos e os bancos centrais europeus foram obrigados a absorver o excesso de liquidez proveniente do déficit de balanço de pagamentos americano, sob pena de paralisarem as suas políticas monetárias.¹ Do ponto de vista da valorização patrimonial, sobretudo enquanto durou o teto da taxa de juros americano (Regulation Q), todos os agentes americanos no exterior, em particular as suas filiais industriais e bancárias, e os próprios bancos centrais europeus, passaram a usar o euromercado para operações de aplicação de curto prazo das suas reservas em dólar. Como contrapartida a oferta de dólares se ampliou e permitiu que as empresas e os países deficitários, primeiro da Europa e depois do resto do mundo, pudessem usar créditos denominados em dólar muito além do que a expansão da base monetária dos respectivos países de origem permitia.

(1) Para uma visão descritiva da Evolução do Sistema Monetário Internacional até as crises recentes, ver: MOFFITT (1983).

Depois de 1968, quando os EUA mudam a sua política monetária e Londres corta a conversibilidade da libra em dólar, o mercado de crédito interbancário libera-se inteiramente do padrão monetário e de reservas dólar-ouro e passa a estabelecer o seu próprio circuito supranacional de crédito, com uma liquidez abundante e crescente, inteiramente fora do controle das autoridades monetárias e sem qualquer relação aparente com o déficit de balanço de pagamentos americano.¹ O sistema monetário internacional tinha seus dias contados e as crises monetário-cambiais de 1971 a 1973 só fizeram proclamar oficialmente o seu falecimento. Em contrapartida, tinha-se desenvolvido à sombra do padrão dólar (inicialmente através do movimento intra-europeu de comércio, seguido pela fuga de capitais americanos para o euromercado) um florescente mercado privado de crédito que alimentou o último auge da expansão da economia mundial que se encerra entre 1973-74.

A especulação em moedas que se desata depois da ruptura do sistema de paridades fixas, torna inoperantes os mecanismos de ajustamento monetário do balanço de pagamentos. Esta nova situação de desequilíbrio monetário e cambial, à qual se agrega o excedente de petrodólares, permite uma expansão ainda maior do mercado interbancário. Este escapa inteiramente ao controle do núcleo constituído pelo oligopólio dos vinte maiores bancos e das duzentas maiores empresas multinacionais que tinham Londres como mercado principal. Produz-se assim uma expansão adicional do circuito interbancário à qual iriam se juntar centenas de bancos menores das

1) Para uma crítica interessante à visão convencional de balanço de pagamentos, ver Aliber (1979) particularmente cap. 8 "Dollar and Cocaola are just band-names".

mais diversas procedências que se abrigam nos mercados off-shore e nos chamados paraísos fiscais. Os movimentos especulativos de capitais sempre denominados em dólar dão lugar a um non-sistem que continuam minando o dólar como moeda reserva, desestabilizam periodicamente a libra e fortalecem o marco e o yen como moedas internacionais. Assim a ordem monetária internacional caminha rapidamente para o caos, sobretudo depois do primeiro choque de petróleo e da política recessiva americana de 1974.

As tentativas do FMI de implementar uma nova ordem monetária internacional que lhe permitisse operar uma cesta de moedas, respaldando os Direitos Especiais de Saque (SDR) - com base em maiores contribuições dos principais países de moeda reserva - tinham sido barradas sistematicamente pelos EUA e Inglaterra, não tendo encontrado apoio igualmente na Alemanha e no Japão. Aos poucos, porém, o volume do crédito interbancário e da dívida final dos tomadores do 3º mundo e da área socialista, começou a aumentar a sensação de "risco crescente" por parte dos bancos centrais de países superavitários e deficitários. Estes haviam perdido completamente o controle da sua situação final de Balanço de Pagamentos, graças aos movimentos bruscos de especulação em moedas. Esta situação acabou levando a maioria dos países capitalistas, com a única exceção dos EUA e da Inglaterra, a apoiar o FMI para medidas decisivas na direção de um maior controle público do sistema financeiro internacional.

1979

Na reunião mundial do FMI de 1979, Mr. Volcker, presidente do FED, retirou-se ostensivamente, foi para os EUA e de lá de clarou ao mundo que estava contra as propostas do FMI e dos demais países membros, que tendiam a manter o dólar desvalorizado e a implementar um novo padrão monetário internacional. Volcker aduziu que o FMI poderia propor o que desejasse, mas os EUA não permitiriam que o dólar continuasse desvalorizado tal como vinha ocorrendo desde 1971 e em particular depois de 1973 com a ruptura do Smithsonian Agreement. A partir desta reviravolta, Volcker subiu violentamente a taxa de juros interna e declarou que o dólar manteria sua situação de padrão internacional e que a hegemonia da moeda americana iria ser restaurada. Esta diplomacia do dólar forte custou aos EUA mergulhar a si mesmos e a economia mundial numa recessão contínua por três anos. Quebraram inclusive várias grandes empresas e alguns bancos americanos, além de submeterem a própria economia americana a uma violenta tensão estrutural. O início da recessão americana e a violenta elevação da taxa de juros pesaram decisivamente na derrota popular de Carter. Além disso, levaram à beira da bancarrota os países devedores, e forçaram os demais países capitalistas a um ajuste recessivo, sincronizado com a política americana.

Por outro lado, ao manter uma política monetária dura e forçar uma supervalorização do dólar, o FED retomou na prática o controle dos seus próprios bancos e do resto do Sistema bancário privado internacional e articulou em seu proveito os inte

resses do rebanho disperso. De fato, esse sistema, a partir da viravolta de Volker, seguida da quebra da Polônia, foi obrigado em primeiro lugar a contrair o crédito quase que instantaneamente, diminuindo o ritmo das operações no mercado interbancário. Este só se manteve sem quebras mais significativas graças à substituição drástica de posições, ocupadas rapidamente pelos bancos americanos. (1) A redução dos empréstimos foi ainda mais violenta, sobretudo para os países da periferia, depois da crise do México, pois nessa ocasião o sistema bancário privado reagiu em pânico e refugiou-se nas grandes praças financeiras. A partir daí o movimento do crédito interbancário orientou-se decisivamente para os EUA e o sistema bancário passou a ficar sob o controle da política monetária do FED, que dita as regras do jogo. As flutuações da taxa de juros e de câmbio ficaram novamente amarradas ao dólar, e através delas o movimento da liquidez internacional foi posta a serviço da política fiscal americana. A partir do início dos 80, todos os grandes bancos internacionais estão em Nova York, não apenas sob a umbrella do FED, mas também financiando obrigatoriamente - porque não há outra alternativa - o déficit fiscal americano.

(1) Os Bancos Americanos que detinham em 1980 cerca de 17% dos fluxos brutos de empréstimos bancários internacionais, chegaram a quase 93% do total no 1º semestre de 1982, antes da crise mexicana (dados do BIS extraídos do IMF Survey 13/Dez/82) - citado em Samuel Lichtensztein - América Latina en la Dinâmica de la Crisis Financeira Internacional.

Tudo isso pode parecer estranho. Mas a verdade é que hoje presenciamos a seguinte situação: os EUA apresentam um déficit fiscal de natureza estrutural cuja incompressibilidade decorre da própria política financeira e da política armamentista, ambas agressivas e "imperiais". O componente financeiro do déficit é crescente graças à mera rolagem da dívida pública que fez com que ela dobrasse em apenas três anos. A dívida pública americana alcançou em maio de 1985 cerca de 1 trilhão e 600 bilhões de dólares, cifra que corresponde à cerca de 80% da circulação monetária global no mercado interbancário internacional. Esta dívida é o único instrumento que os EUA tem para realizar uma captação forçada da liquidez internacional e para canalizar o movimento do capital bancário japonês e europeu para o mercado monetário americano. Por outro lado é um instrumento de aplicação seguro e de alta rentabilidade para o excesso de recursos financeiros dos principais rentistas à escala mundial. Assim, apesar das críticas ao déficit americano, este tornou-se na prática o único elemento de estabilização temporária do mercado monetário e de crédito internacional. O preço desta "estabilidade" tem sido a submissão dos demais países à diplomacia do dólar e o ajustamento progressivo de suas políticas econômicas ao desideratum do "equilíbrio global do sistema". Evidentemente este ajustamento não se fez sem resistências.

Até 1981 só a política econômica da Inglaterra apoiava declaradamente a moeda americana. Os Japoneses mantiveram possi-

bilidades reais de fazer uma política monetária autônoma com baixas taxas de juros, graças às peculiaridades do seu sistema nacional de crédito e resistiram à adoção de políticas neoconservadoras apoiadas no receituário monetarista, enquanto o seu sistema financeiro não se internacionalizou. Vários outros países, como a França, a Áustria, os do Norte da Europa e até mesmo o Brasil, tentaram, cada um a sua maneira, resistir ao alinhamento automático da política econômica ortodoxa. Todos tiveram claro, de 1979 a 1981, que não deviam alinhar-se, mas apesar disso todos foram sendo submetidos. Todos os países desenvolvidos do mundo, quaisquer que sejam seus governos - socialistas, social-democratas, conservadores etc. - estão praticamente alinhados em termos de política cambial, política de taxas de juros, política monetária e política fiscal. O resultado deste movimento é que o espectro das taxas de crescimento, das taxas de câmbio e das taxas de juros passou a ser concêntrico ao desempenho destas variáveis no âmbito da economia americana.

O "equilíbrio macro-econômico" da economia mundial, dada a "dolorização" generalizada do sistema de crédito, obriga a maioria dos países a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e obter superávits comerciais crescentes para compensar a situação deficitária global da Potência Hegemônica. Estas políticas, por sua vez, esterilizam o potencial de crescimento endógeno das economias nacionais e convertem os déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma política de

reativação econômica, de corte keynesiano.

Uma experiência impressionante de alinhamento às novas circunstâncias ocorreu com o Japão. Este país foi durante todo o pós-guerra o mais heterodoxo em matéria de política financeira e o mais autônomo em termos de desenvolvimento econômico. Fez investimento com crédito de curto prazo e uma política monetária solta, conglomerou o seu sistema empresarial com uma estrutura de risco aparentemente impossível, fez pouco uso do mercado de ações e da dívida pública, enfim, produziu o seu próprio modelo nacional de desenvolvimento. Tentou em 1975 um plano de ajustamento interno condizente com as restrições externas, mas foi forçado progressivamente a abrir mão de seu enorme potencial de crescimento endógeno, na medida em que o seu sistema financeiro se internacionalizou. O Japão não está hoje fazendo uma política ativa de desenvolvimento interno que corresponda ao seu potencial de acumulação. Salvo em matéria de segurança mínima de sua sociedade e de modernização tecnológica não tem mantido uma taxa de investimento elevada, correspondente à sua taxa de poupança interna. Está com a maior parte de seu capital bancário e multinacional atado aos projetos de recuperação americana, com excedentes exportáveis gigantescos, sem possibilidade de reter sua taxa de investimento e de crescimento históricas. Isso significa que o mercado financeiro japonês está irremediavelmente atrelado ao americano, salvo um acidente de percurso que poderá ocorrer e o sistema bancário americano entrar em turbu-

lência e o dólar desvalorizar bruscamente. Este é aliás o único ponto que ainda pode dar lugar a uma ruptura capaz de desestabilizar temporariamente a hegemonia americana.

A diplomacia do dólar já cumpriu o seu papel, soldando os interesses do capital financeiro internacional, sob comando americano. Ainda que uma desvalorização do dólar fosse provocar uma nova crise financeira internacional, os EUA não perderão o papel reitor na reestruturação de uma possível "nova ordem financeira internacional".

Há uma diferença crucial entre a crise financeira do começo dos anos 80 e esta que pode se desenhar no horizonte. Uma coisa é deter, nos ativos do sistema bancário internacional, dívidas, denominadas em dólar, de empresas e governos de outros países. Outra coisa, completamente distinta, é deter nos portafolios dos bancos montantes consideráveis de dívida do Tesouro Americano.

Foi a ameaça de ruptura do sistema privado de crédito por default dos países periféricos e de algumas grandes empresas que colocou sob o controle do sistema bancário americano, e em última instância do FED, o sistema financeiro internacional. Quem bancará, porém a dívida externa americana que é hoje superior à do conjunto da América Latina? E se ela se desvalorizar bruscamente, quem vai perder?

2. A Retomada do Crescimento e a Proposta Hegemônica

Há algum tempo atrás, tudo levava a crer que os EUA tinham perdido a capacidade de liderar a economia mundial de uma maneira benéfica. Isso continua a ser verdade. Mas por outro lado os americanos, indiscutivelmente, deram, de 1979 a 1983, uma demonstração de sua capacidade maléfica de exercer sua hegemonia e de ajustar todos os países, através da recessão, ao seu desideratum. E o fizeram, está claro, com uma arrogância e com uma violência sem precedentes.

A partir de 1982 procederam à sua própria retomada de crescimento. Esta retomada tem aspectos controvertidos, tanto quanto à sua possível duração, como sobretudo pela forma como foi financiada. Retomada do

Um primeiro fato que deve ser salientado é que a recuperação da economia americana foi feita com crédito de curto prazo e com endividamento crescente. Na prática os americanos estão aplicando a mesma técnica que o Brasil e o México aplicaram recentemente e que o Japão utilizou na década dos cinquenta. Finalmente, os EUA descobriram a técnica latino-americana e japonesa de desenvolvimento: financiamento do crescimento com base em crédito de curto prazo, endividamento externo e déficit fiscal. E como sua moeda é hegemônica e sobrevalorizada, a economia americana nem inflação tem. Aliás, este é um fato que deixa os economistas espantadíssimos, pois se valesse o que dizem os monetaristas ou os keynesianos, ou qualquer livro-texto tradicional, os EUA já teriam experimentado uma inflação galopante em virtude do fantástico empuxe de demanda promovido por uma técnica heterodoxa de política econômica.

Um exemplo desta heterodoxia diz respeito à política orçamentária. Os EUA praticamente estancaram o gasto em bens e serviços de utilidade pública, aumentaram o dispêndio no setor de armamentos e cortaram compensatoriamente os gastos com o welfare. Em síntese, trocaram as despesas em capital social básico e bem estar social por armas e fizeram uma redistribuição de rendas em favor dos ricos. Além disso, reduziram a carga tributária sobre a classe média e praticamente eliminaram a incidência de impostos sobre os juros pagos aos bancos para compras de consumo durável. Propiciaram também depreciações aceleradas dos ativos e refinanciamento dos passivos de certas firmas. Nestas circunstâncias, o endividamento das famílias passa a ser um excelente negócio, porque parte da carga financeira da dívida é descontada no imposto de renda. Assim, tomou-se crédito de curto prazo em larga escala para dar suporte à compra de casas e bens duráveis de consumo. Além disso financiaram investimentos, no terciário e nas indústrias de alta tecnologia que não requerem um período de maturação muito longo e cuja taxa de rentabilidade esperada é muito superior à taxa de juros nominal, em declínio. Este declínio da taxa nominal de juros deve-se aparentemente a três motivos interligados: a absorção de liquidez internacional, a posição menos ortodoxa do FED e a queda da inflação. Esta última por sua vez se deve à baixa de custos internos provocada pela sobrevalorização do dólar e pela concorrência das importações, acarretando uma melhora nas relações de troca favorável ao poder de compra dos salários.

Outra questão que deve ser esclarecida diz respeito à influência da taxa de juros sobre o investimento. Muita gente afirma que o elevado patamar de taxa de juros real vai acabar, cedo ou tarde, freando o gasto em investimento. Convém advertir que os americanos não estão financiando o investimento através do mercado de capitais. Não há mercado de capitais novos; o mercado relevante hoje é o monetário ou o de crédito de curto prazo. Os americanos, vale reafirmar, estão substituindo o tradicional endividamento de longo prazo (através da emissão de debêntures, equities, etc.) por crédito de curto prazo ou utilizando recursos próprios e capital de risco externo. Por outro lado, está claro que esta situação coloca em más condições muitas companhias velhas ou endividadas e o valor de suas respectivas ações e debêntures. Se uma grande companhia quiser lançar, como várias tentaram fazer recentemente, alguns bilhões em papéis no mercado de debêntures, em uma semana esta mesma companhia estará obrigada a recomprá-los, pois, caso contrário, o valor das ações certamente irá cair. Vale dizer, o único risco real que os EUA estão correndo é o de sofrer uma desvalorização brutal das velhas empresas cujas ações estão cotadas a um valor distinto do efetivo. Diga-se de passagem, todos os grandes bancos que se envolverem com investimentos nos ramos produtivos "velhos" ou em energia e agricultura, isto é, setores que requerem crédito de longo prazo e/ou taxas de juros mais baixas, passaram e ainda passam por sé-

Questões
bens

rios problemas. A quebra técnica do Continental Illinois é um exemplo claro disto. De outra parte, todos aqueles que investiram na Califórnia, no Silicon Valley, nos serviços, estão em situação extremamente favorável.

Um terceiro aspecto fundamental desse processo de restauração da posição hegemônica dos EUA fica evidente quando analisamos as suas relações econômicas internacionais. Entre 1982 e 1984, os EUA conseguiram dobrar o seu déficit comercial a cada ano, o que juntamente com o recebimento de juros lhes permitiu absorver transferências reais de poupança do resto do mundo que só em 1983 corresponderam a cem bilhões de dólares, e em 1984 devem ter ultrapassado 150 bilhões. Por outro lado suas relações de troca melhoraram e os seus custos internos caíram, já que as importações que os EUA estão fazendo são as melhores e as mais baratas do mundo inteiro. Assim, sem fazer qualquer esforço intensivo de poupança e investimento, sem tocar em sua infraestrutura energética e de transportes sem tocar na agricultura, sem tocar na velha indústria pesada, os EUA estão modernizando a sua indústria de ponta com equipamentos baratos de último tipo e capitais de empréstimo e de risco do Japão, da Alemanha, do resto da Europa e mesmo do mundo periférico.

Muitos esperavam que a partir de 1983, os EUA reverteriam a posição superavitária final do balanço de pagamentos pois desde 1982 as rendas de capitais americanos no exterior

Def Te/c

1983 = 100

1984 = 150

não vêm cobrindo o déficit americano em transações correntes.¹ Mas isso não ocorreu porque as entradas de capital bancário se encarregaram de fazer amplamente esta cobertura.² O investimento em capital de risco também tem-se mantido elevado desde 1981, superior em média US\$ 17 bilhões. Somente o Japão, por exemplo, investiu 10 bilhões de dólares no período de recuperação e já projetou investir 40 bilhões até o final da década. A Alemanha, por seu lado, deve ter investido algo em torno de 8 a 9 bilhões, embora não tenhamos os dados precisos sobre seu montante. Em suma, toda a Europa e o Japão estão investindo nos EUA; enquanto estes últimos fizeram retornar parte dos capitais das filiais de multinacionais americanas que não tem capacidade de expansão adicional no resto do mundo. Afinal, enquanto a periferia está praticamente estancada e o resto do mundo cresce a 1 ou 2%, os EUA estiveram crescendo à taxa de 6 a 8% nos últimos dois anos.

Apoiados num enorme afluxo de capitais que superou os 100 bilhões de dólares em 1984, os EUA puderam manter e ampliar uma brecha comercial cujos limites não são ainda visíveis. De 30 bilhões em 1982 passou a 60 bilhões em 1983 e saltou para mais de 120 bilhões em 1984. Em 1985 poderia continuar aumentando, se não fosse pela desaceleração da economia americana, simplesmente porque há capital sobrando no mundo. E este excesso de capital e de "poupança externa" se deve a que o resto do mundo obedeceu à política conservadora, fosse qual

(1) Ver Tabela 1 - The U.S. Current Account.

(2) Ver Tabela 2 - United States Capital account.

fosse o tipo de governo. Na verdade a sincronização das políticas ortodoxas obrigaram todos os países a manter em níveis baixos suas taxas de investimento e de crescimento e a forçar as exportações. Como um reflexo do ajuste forçado quase todos os países do mundo estão experimentando superávits no balanço comercial. Todos menos um: os EUA. Eles abrem sua economia e ao fazê-lo provocam uma maciça transferência de renda e de capitais do resto do mundo.

Um aspecto muito importante é que isto permite fechar o déficit estrutural financeiro do setor público. Tudo se passa como se cada vez que o FED joga títulos de dívida pública no mercado, ele tivesse certeza que os títulos serão colocados em todas as estruturas bancárias e junto a todos os rentistas, de países desenvolvidos ou não.¹ O fato essencial é que todo o mundo está financiando não apenas o Tesouro americano, especialmente seu componente financeiro, mas também os consumidores e investidores americanos. Desta vez, e ao contrário da década de 70, ocorreu transferência de "poupança real" e não apenas de crédito, liquidez ou capital especulativo.

Nestas condições os EUA não precisam resolver internamente o seu problema de financiamento fiscal e portanto deixaram de pressionar a taxa de juros, que pode cair, bastando manter um ligeiro diferencial sobre as taxas do euromercado.

Enquanto a taxa de crescimento da economia mundial for inferior à taxa de crescimento americana não há a menor

(1) No 2º semestre de 1984 as compras externas líquidas de títulos do Tesouro Americano foram Superiores a US\$ 20 bilhões. Ver OECD, Economic Outlook, June 1985, pg. 60.

possibilidade de os capitais excedentes, sobretudo os bancários e os das empresas com capacidade ociosa, resolverem investir preferencialmente nos seus países de origem.

Os países da Europa não formularam, desde o ajuste recessivo, qualquer plano para restaurar solidamente o seu crescimento econômico global. Apenas jogaram individualmente na modernização de certas indústrias e tentaram proteger-se para que o Japão não invadisse mais os seus mercados. Mas ao mesmo tempo em que a concorrência intercapitalista se acentua no resto do mundo opera-se um fantástico aumento de eficiência das indústrias modernas no Japão e em alguns países da Europa. Como já vimos, os EUA estão aproveitando esta situação para modernizar sua estrutura produtiva, à custa do resto do mundo, inclusive de periferia latinoamericana que já transferiu nos últimos anos quase 100 bilhões de dólares a partir de superávits comerciais crescentes e de perda de suas relações de troca.

A partir de 1984 a economia mundial recuperou-se com a contribuição decisiva do crescimento das importações americanas. Estas alcançaram taxas de expansão sem precedentes e beneficiaram indiscriminadamente todas as áreas: o Japão e Canadá, por sua posição particular no comércio americano, receberam 23% do incremento global dos últimos dois anos; A Europa, como um todo, recebeu um montante equivalente; e os países em desenvolvimento pouco mais de 26%.¹

(1) Ver Tabela 3 - Share of the increase in US imports.

Eufórica com esta situação, a "opinião bem informada" passou a considerar os EUA como a trade locomotive da recuperação mundial e a elite financeira americana passou a propor ao mundo uma nova divisão internacional do trabalho, na qual a economia americana desempenharia um papel dominante. Comprometer-se-ia a não baixar unilateralmente o déficit comercial, mas responderia com retaliações aos países que aplicassem restrições às exportações de mercadorias e capitais americanos.

Convém transcrever as seguintes passagens escritas por um dos membros do Board do Morgan pertencente à "Comission on Industrial Competitiveness", nomeado pelo Presidente Reagan, que a nosso juízo expressa bem a Proposta Hegemônica:¹

"The U.S. trade deficit parallels the strength of investment in the U.S. economy amid a relative dearth of domestic savings... It would be possible to narrow the U.S. trade deficit by cutting back U.S. investment and depressing U.S. economic growth. However, that is a sure formula for worldwide stagnation. Far more constructive is a strategy for U.S. competitiveness that holds the U.S. economy strong, boosts savings at home, and fosters a more positive investment climate abroad - especially in Europe and Latin America..."

(1) As citações que seguem foram extraídas do artigo do fundo "Strengthening U.S. competitiveness" do "World Financial Markets, Morgan Guaranty Trust Company. New York, Set. 1984.

- No que se refere aos efeitos do déficit sobre o emprego e a competitividade industrial, o documento faz os seguintes comentários:

"The trade deficit shifts U.S. jobs away from the export and import-competing sectors and toward those activities that are less exposed to international competition, especially toward services. The net effect of the job shift is far from clear and may not harm the long-term national interest. Tolerance of the trade deficit and dollar strength keeps up the pressure on domestic industries to raise productivity and restrain cost increases. Moreover, trade pressures speed up their replacement of outmoded industries by advanced enterprises..."

- No que se refere ao papel global da política comercial americana:

"The postwar trading system was designed primarily to govern the international commerce of the United States and Europe, whose philosophies of economic management had much in common... Today, interests have changed. The United States looks not only to Europe in its external commerce and security interests, but also to Japan, the Asian NICs, and Latin America..."

- No que se refere aos países menos desenvolvidos e falando em nome dos desenvolvidos, a dureza de posições e o caráter impositivo é manifesto:

"The mature industrial countries, however, will not accept still further specialization in high technology, communication, and service activities unless the LDCs offer meaningful concessions of their own. They will be expected to open their markets to advanced industrial products and foreign technology. They also must acceded to an explicit code of conduct governing private direct investment and associated domestic content and export requirements. In particular, rapidly advancing NICs will have to forego their existing exemption from certain GATT obligations on the outdated claim of balance of payments need.."

No entanto, o maior grau de abertura da economia americana às importações e ao capital estrangeiro encontra resistências sérias nos setores afetados que clamam por um maior protecionismo. A liderança da classe financeira americana é contra o protecionismo e tenta defender-se, enfatizando dois aspectos fundamentais: negociações com as suas áreas de influência e retaliação contra os protecionistas externos;
 "Negotiations toward a free-trade agreement with

Israel; the suggestion of a more limited arrangement with Canada; and talk of a wider Pacific Basin opening, to include Japan, the Asian NICs, and Mexico as well as Canada..."

"In the effort to pry open markets abroad that are closed to U.S. exporters, the most potent bargaining tool available to the United States is the threat to limit foreign access to the vast U.S. market..."

Como se vê trata-se de um conjunto de argumentações coerentes, que pretendem manter um relativo "equilíbrio macro-econômico" entre os parceiros mais importantes da economia mundial. Mas o tom racional não disfarça o "big stick" em relação aos países periféricos, nem o desideratum estratégico de manter e afirmar a Hegemonia Americana em termos globais.

- A mensagem em relação à Europa é de duas naturezas.

A primeira refere-se ao comércio multilateral:

"Sooner or later there is no adequate substitute for global negotiations, in particular to get Europe fully involved."

A segunda é de recomendações para a restauração do dinamismo europeu. O diagnóstico é sumário:

"At present Europe suffers heavy taxation, crippling regulation, inflexible labor costs, and barriers to mobility."

- As recomendações seguem-se na linha do neo-liberalis-
mo americano, aparentemente muito apreciado nas últimas reuniões
do "Summit" Europeu:

"Europe has rightly lost faith in public spend-
ing as a growth stimulus. But its emphasis on
curbing fiscal deficits is not a sufficient for-
mula for energizing growth, since it presumes
investment will substitute spontaneously and
sufficiently for public and private consump-
tion... U.S. experience strongly suggests that
in fiscal matters, Europe's priority need is
for incentive-oriented tax cuts, the most effec-
tive means to spur investment and employment..."

- Finalmente, para não deixar ninguém para trás, o Ja-
pão também leva a sua advertência:

"Although its dynamism in technology and produc-
tivity is widely admired, Japan's physical infra-
structure hardly matches its industrial prowess.
The need for steppedup investment in housing,
roads, sewage systems, and environmental conse-
rvation is widely felt..."

Convém agora tecer algumas considerações finais sobre
a situação peculiar da economia americana e sua mudança de posi-
ção na economia internacional.

A estrutura de comércio americana foi tradicionalmente

simétrica e fechada. Os EUA exportavam e importavam matérias-pri-
mas, alimentos, insumos industriais e bens de capital, enfim, to-
dos os itens importantes do comércio internacional. As relações
econômicas dos EUA com o resto do mundo não podiam ser enquadra-
das dentro do esquema tradicional centro-periferia. Os EUA não
precisavam de uma divisão internacional de trabalho que os favo-
recesse em termos absolutos ou relativos. O fato surpreendente é
que agora estão aparentemente querendo instaurar uma divisão in-
ternacional do trabalho na qual desempenhariam um papel cêntrico,
para o que estão dispostos a abrir a sua economia. O atual défi-
cit comercial já representa 3% do GNP americano e a partir do fi-
nal de 1984 os EUA passaram a ser um país devedor líquido no mun-
do, isto é, reverteram sua posição de mais de sessenta anos de
exportadores líquidos de capitais e tornaram-se, em apenas três
anos, devedores líquidos do resto do mundo.

Após terem exportado durante várias décadas, o padrão
tecnológico do sistema industrial americano através das suas mul-
tinacionais estão tentando usar o seu poder hegemônico para reen-
quadrá-las, fazer retornar os seus capitais sobrantés e refazer
a sua posição como centro tecnológico dominante. Assim utilizam-
-se dos seus bancos, do comércio, das finanças e do investimento
direto "estrangeiro", para fazer o seu ajustamento interno e ex-
terno.¹ Apesar de terem perdido a concorrência comercial para
as demais economias avançadas e mesmo algumas semi-industrializa-
das, nos produtos de tecnologia de uso difundido, os EUA estão

(1) Existem fundadas dúvidas sobre a natureza "estrangeira" de certos capi-
tais que ingressam nos EUA, já que os mesmos não aparecem nos balanços
de pagamentos dos demais países e a conta Erros e Omissões no balanço
americano é gigantesca.

agora investindo fortemente no setor terciário e nas novas indústrias de tecnologia de ponta, na qual esperam ter vantagens comparativas. Os EUA não parecem interessados em sustentar a sua velha estrutura produtiva-comercial. Sabem também que não tem capacidade de alcançar um enorme boom a partir de reformas nos setores industriais que lideraram o crescimento econômico mundial no pós-guerra. Ao contrário, os EUA estão concentrando esforços no desenvolvimento dos setores de ponta e submetendo a velha indústria à concorrência internacional dos seus parceiros. A partir dessa modernização generalizada esperam poder retomar a sua posição como centro tecnológico dominante e reordenar de novo a economia mundial.

Com os seus enormes déficits comerciais até aqui, têm garantido a solidariedade dos seus principais sócios exportadores, sobretudo o Canadá, o Japão e os NIC's asiáticos. Com as suas altas taxas de juros reais, têm garantido a solidariedade dos banqueiros. E, com as joint-ventures dentro dos EUA, estão tentando garantir sua posição de avanço para o futuro.

A resposta européia e japonesa tem sido até agora forçosamente de "aliança" com os EUA; mas o seu destino de longo prazo como "periferia" do "centro" está por ver-se.

A arrogância com que a elite americana trata a política econômica européia e considera como área privilegiada de interesse a "sua base ampliada no Pacífico", que inclui Canadá, México, Japão e os NIC's asiáticos, deveria estar preocupando a Euro

pa. Esta, no entanto, continua paralisada, por razões de segurança, pelas relações estratégicas de alinhamento automático com os EUA e por razões de competição e rivalidade intra-européia que levam à incapacidade de fazer uma política econômica comum, a começar pela monetária. A Inglaterra e a Alemanha, cada uma a sua maneira, jogaram um papel decisivo na derrota dos projetos da social-democracia européia e a França socialista sucumbiu melancolicamente em seus projetos nacionais.

Na ausência de uma reação real, as racionalizações começam a aparecer e a resposta européia tem sido a da aceitação progressiva da ideologia neo-liberal e não de fazer avançar o "espírito de cooperação e planejamento" que presidiu o surgimento do Mercado Comum.

Table 1: The US Current Account

US\$ billion	1981	1982	1983	1984
Exports of goods	237	211	200	217
Exports of services	139	138	132	142
of which:				
Investment earnings	85	84	77	88
Imports of goods	-265	-247	-261	-341
Imports of services	-97	-102	-103	-123
of which:				
Investment payments	-52	-57	-54	-69
Trade balance	-28	-36	-61	-124
Services balance	42	36	29	19
Investment balance	33	27	24	19
Transfers	-7	-9	-9	-7
	-6	-9	-42	-112
Memo items (%)				
Current account/Earnings	+1.6	-2.6	-12.7	-32.3
Current account/GDP	+0.2	-0.3	-1.3	-3.2

Source: US Department of Commerce and estimates

Publicado em: The Apex Bank Review - Abril 29, 1985.

TABELA 2

United States capital account
\$ billion

	LEVELS					Memorandum item: Cumulated Changes 1981-84	
	1980	1981	1982	1983	1984	\$	%
Gross flows							
Gross outflows of US capital ^a	-78.0	-105.8	-113.9	-48.3	-17.9	60.1	55
Long-term	-28.0	-20.4	-9.4	-17.6	-16.2	11.8	11
Direct investment	-19.2	-9.6	4.8	-4.9	-6.0	13.2	12
Others	-8.8	-10.8	-14.2	-12.7	-10.2	-1.4	-1
Short-term	-3.2	-1.2	6.6	-5.3	5.6	8.8	8
Banks	-46.8	-84.2	-111.1	-25.4	-7.3	39.5	36
Gross inflows of foreign capital ^b	44.2	77.0	92.6	75.6	88.1	43.9	41
Long-term	26.2	32.5	23.0	22.5	53.4	27.2	25
Direct investment	16.9	32.5	23.0	22.5	53.4	27.2	25
Others	9.3	9.4	8.1	11.2	32.2	22.9	21
Short-term	7.3	2.4	3.7	4.0	7.1	-0.2	-
Banks	10.7	42.1	65.9	49.1	27.6	16.9	16
Total recorded capital	-33.8	-28.8	-21.3	27.3	70.2	104.0	96
Net flows							
Long-term capital	-1.7	12.0	13.5	4.9	37.2	38.9	36
Foreign direct investment	-2.3	13.5	19.7	6.4	15.2	17.5	16
Others	0.6	-1.5	-6.1	-1.5	22.0	21.4	20
Short-term capital	4.1	1.2	10.3	-1.3	12.7	8.6	8
Errors and omissions	25.0	22.3	32.9	9.3	30.0	5.0	4
Banking flows	-36.1	-42.0	-45.1	23.7	20.3	56.4	52
Total capital	-8.7	-6.5	11.6	36.6	100.2	108.9	100

Note: Detail may not add due to rounding.

a) Transactions in US assets abroad, excluding official reserve assets.

b) Transactions in foreign assets in the United States, excluding transactions of monetary authorities.

Publicado em: OECD Economic Outlook nº 37 - June 1985.

3. As Novas Tendências Econômicas Internacionais

Qualquer projeção macro-econômica dos vários órgãos internacionais, do BIRD, FMI e OECD, reconhece que os EE.UU. continuarão uma economia deficitária pelos próximos anos e que o Japão é estruturalmente superavitário. Reconhecem também que o conjunto dos países europeus tende a manter entre si relações que, embora de menor dinamismo, devem continuar a produzir um relativo equilíbrio intra-europeu de movimento de capitais, embora tendam a ser globalmente superavitários em matéria de comércio, sempre que a sua taxa média de crescimento seja inferior a dos EUA, como tem sido nos últimos anos. As projeções até 1986/88 indicam uma continuidade nas tendências de menor crescimento relativo europeu, com taxas moderadas de investimento, de consumo e de emprego, embora com razoável crescimento de produtividade. Para os EUA e o Japão as projeções indicam taxas mais altas e semelhantes de crescimento do investimento e do consumo, mas ligeiramente superiores do Produto, a favor do Japão, por causa da sua performance exportadora.

A grande dúvida que se abate sobre este cenário de "moderado otimismo" é que a instabilidade da economia americana não permita um "soft-landing". O excessivo endividamento dos EE.UU e a sua recente desaceleração de crescimento, pode provocar uma desvalorização muito brusca do dólar que conduza a uma fuga de capitais e torne a situação do balanço de pagamentos americana imanejável. Isto tenderia a encaminhar uma nova resposta recessiva deliberada, por parte das autoridades monetárias dos EUA. Através de um aperto da liquidez e uma nova subida da taxa de juros, o FED poderá, uma vez

Soft landing e pol. monet. / USD

mais, tentar por em prática a diplomacia do dólar forte e provocar um "hard-landing" para a recente recuperação americana e mundial.

A maioria dos organismos internacionais põe ênfase na incapacidade de médio prazo que os EUA teriam para servir a sua dívida externa. Segundo eles a taxa de poupança interna é muito baixa e o investimento direto estrangeiro não gera incrementos suficientes de produtividade nos setores exportadores, como para servir o enorme montante de dívida acumulada nos últimos anos.

Convém separar os argumentos, que estão naturalmente enfiados pela visão convencional do "ajuste monetário de balanço de pagamentos", que tende a confundir "poupança" com dívida e liquidez com capital.

Examinando com mais detalhe as contas externas americanas fica claro que os aportes são de natureza distinta e não tem as mesmas implicações sob o possível "pagamento da dívida".

Assim, por exemplo, dos 100 bilhões de entrada de capitais em 1984, só 40% correspondem de fato a entrada líquida de capitais de longo prazo, dos quais 20 bilhões sobre a forma de compra de títulos do tesouro americano.¹ Vale dizer o grosso da entrada de capital é eminentemente financeiro, especulativo e de curto prazo. Portanto os EE.UU estariam aparentemente na mesma situação da América Latina, que se financiou com dívida de curto prazo e agora não tem como servi-la. Porém a semelhança é apenas aparente já que os EUA são o País emissor da moeda na qual está expressa a dívida e portanto não corre qualquer risco de insolvência ou cri

(1) Ver dados do "Economic Outlook" da OECD, pg. 59, 60, junho de 1985.

se de liquidez. Corre apenas o risco de inflação, o que desvalorizaria a dívida e deixaria em má posição os credores mas não o devedor, em última instância.¹

Já o montante de investimento estrangeiro direto em 1984 foi da ordem de 15 bilhões de dólares, o que equivale a apenas 10% do total dos gastos em investimento residencial e a somente 3,7% do investimento fixo bruto não residencial. Convém lembrar, ainda, que esses novos investimentos estrangeiros se dirigiram a áreas novas de tecnologia de ponta e implicam na mobilização adicional de recursos locais e não representam substituição de "poupança interna" por "poupança externa", como ocorre com os demais saldos financeiros do balanço de pagamentos. Deve ser lembrado também que o grosso do investimento americano continua dependendo, sobretudo, das margens de lucro das suas empresas produtivas e do estado dos negócios da sua economia interna. Assim, foi a recuperação da economia americana, dada pela expansão do consumo, dos lucros e da ocupação da capacidade instalada da indústria quem permitiu a retomada dos níveis de investimento global e o seu crescimento contínuo desde 1982 até 1984.² As perspectivas daqui em diante são, porém, menos claras e dependem menos do balanço de pagamentos do que das variáveis internas da economia americana.

(1) Em termos de balanço de pagamentos, tudo dependeria de como fossem registrados os movimentos de capitais de ajuste compensatório, para "servir a dívida", mas o efeito não seria, como no caso da América Latina, uma perda de renda real para a economia americana.

(2) Ver Survey of Current Business nº 2 - Fev. 1985.

BR

Assimetria BGeBk

Devemos, portanto, reconhecer uma possível assimetria no comportamento da balança comercial e do balanço de capitais americano, que pode alterar as projeções de médio prazo dos principais órgãos internacionais.

Na verdade a própria evolução da balança comercial americana, daqui em diante depende fundamentalmente do ritmo de crescimento do investimento interno. Dado que 50% do crescimento das importações entre 1982 e 1984 foi devido a importação de maquinaria e equipamentos de transporte (ver tabela 4), as tendências recentes à desaceleração rápida da economia americana, devem reduzir substantivamente o déficit comercial. Assim, mesmo que a sobrevalorização do dólar se mantenha, não é provável que as tendências ao aumento do déficit comercial externo sejam as previstas pelas projeções internacionais para os próximos anos. Isto desde logo significa que a "trade locomotive" tende a frear seu impacto sobre o crescimento mundial global e a centrar-se nas suas áreas preferenciais de comércio, a saber, o que eles mesmos denominam a "Básica ampliada do Pacífico".

Um problema mais grave surgirá para a economia mundial se o dólar, a exemplo do já ocorrido em junho de 1985, sofrer uma desvalorização ainda mais brusca, por força das expectativas altamente especulativas dos mercados financeiros internacionais. Aí, o que estará em tela de juízo será o balanço de capitais americano a curto prazo, com a possibilida-

USF
Bal. d.
Ks

de de flutuações bruscas nos movimentos de capital bancário. Reações defensivas das autoridades americanas ou possíveis perdas patrimoniais dos "rentistas" em dólar, não são descartáveis e de qualquer modo uma nova turbulência no "Sistema Financeiro Internacional" seria um cenário altamente plausível.

Neste caso as projeções "moderadamente otimistas" para os próximos anos seriam interrompidas e as tendências de curto prazo da produção e do comércio mundial ficariam impreviáveis.

Se fizermos abstração desta possível turbulência no cenário internacional, uma vez mais relacionada ao papel do dólar e ao destino do sistema bancário, é possível, contudo vislumbrar algumas tendências de longo prazo que estão embutidas na trajetória da economia internacional nesta última década.

1 A primeira delas é que a Hegemonia Americana não deve sofrer nenhum revés sério, no que diz respeito ao seu poder de "enquadramento", mesmo que isso signifique uma série de recessões que abalem a recuperação da economia mundial, a médio prazo.

2 A segunda diz respeito aos destinos da economia europeia que afetarão a longo prazo as tendências da produção e do comércio internacional.

Neste ponto convém fazer algumas especulações que

mostram as tendências contraditórias apontadas em vários relatórios e pronunciamentos de autoridades americanas e européias.

Praticamente todos estão de acordo que o potencial de acumulação e modernização japonês deve continuar e que essa economia insular está fortemente atraída pela massa da economia americana.

Onde o debate se confunde é sobre a trajetória possível da Europa e dos próprios EUA. Além disso há pouca discussão sobre a atual periferia do Sistema. Em particular, sobre a América Latina, o que se discute é o problema da dívida externa, que continua a pesar no seu horizonte de possibilidades, apesar do gigantesco esforço de ajustamento que lhe foi imposto nos últimos anos.

Compreende-se a pouca atenção merecida pela América Latina, já que aparentemente sua capacidade de exercer influência nos destinos da economia mundial se perdeu quando os países devedores não acompanharam o México em seu "default" e não adotaram daí em diante uma ação conjunta como devedores. Hoje o que está em discussão é o destino individual de cada país e a sua capacidade de sobrevivência ante o ajustamento recessivo a que foram forçados. Negociações individuais mais ou menos vantajosas ainda são possíveis, mas a dívida latino-americana parece hoje rizível, comparada com a própria dívida norte-americana, para os destinos do sistema bancário internacional.

Já a discussão sobre o futuro dos EUA e da Europa

tem sido o debate permanente de ambos os lados do Atlântico e aparentemente nem os americanos nem os europeus tem sobre seus próprios destinos qualquer consenso.

Sobre o debate norte-americano não convém alongar-nos já que o mesmo é objeto de um trabalho de Fernando Fajnzylber, apresentado em simultâneo com este e com o qual não tenho maiores discrepâncias. Apenas quero agregar algumas observações sobre a sua trajetória de crescimento a longo prazo.

Os problemas estruturais que os EUA tem ainda a resolver não podem ser enfrentados com a atual intermediação financeira em que o capital bancário especulativo é o centro do sistema financeiro internacional. O atraso da economia americana na sua infraestrutura básica e, em particular, nos setores de mineração, transportes e serviços de utilidade pública fica manifesto quando se olha os dados de investimentos recém publicados no Survey of Current Business.¹

No período 1977-83, enquanto a taxa de crescimento de capacidade e equipamento da indústria manufatureira cresceu em média 3% ao ano, e no setor de comércio e serviços foi da ordem de 4%, o setor de utilidade pública cresceu apenas 1,5% e os de transporte e mineração tiveram quedas médias de cerca de 4% ao ano.

Evidentemente a reestruturação destes setores básicos não pode ser feita com dívidas e capital de curto prazo

(1) Ver Survey of Current Business, volume 65, nº 2, Fevereiro de 1985, Tabela 2, pag. 19.

e muito menos com as atuais taxas de juros de longo prazo. Estas no entanto não baixarão por reduções paulativas no déficit público e requerem, ao nosso ver, um processo prévio de consolidação, reescalamento ou desvalorização da dívida interna americana.

Aqui sim os EUA sofrem de um problema semelhante ao latino-americano e mais particularmente ao brasileiro, em que a dívida interna, gerada a curto prazo, está sendo um obstáculo central ao financiamento de longo prazo dos investimentos pesados em infraestrutura. Estes não resistem a taxas de juros superiores a 2 ou 3% e requerem empréstimos de longo prazo de maturação e carência. É de se esperar que o governo americano ou o Banco Mundial tomem alguma providência nesse sentido em vez de esperar que o mercado de capitais de longo prazo volte aos "bons velhos tempos" anteriores à crise financeira internacional.

Europa Sobre o debate europeu a questão central parece ser a de contestar a "Esclerose Européia". Porém o debate tem-se mantido na defensiva. A esquerda européia não quer aceitar as recomendações liberais, mas não acredita muito mais nas virtudes do socialismo ou mesmo do "Social Planning" Europeu e recomenda como panacéia a competição com os EUA nas "High Tec". Para que? Para poder exportar mais para os próprios EE.UU. ou para competir com os seus vizinhos europeus mais avançados!

Quanto aos conservadores a argumentação tende a con

cordar com as recomendações americanas. Assim, por exemplo, num recente artigo, o Prof. Marjolin (ex-secretário geral da OECD e vice-presidente da EEC e negociador do Tratado de Roma) diz textualmente:

"The weakness of Europe has been its inability to create new jobs".

A razão principal que ele aponta para isso é que:

"From 1973 to 1982 Wages and Social benefits in real terms have been rising much too rapidly. However in last few years considerable progress has been made in correcting this through cuts into in government budget deficits, a slow-down in wages growth and rationalisation of some of the older industries."

E mais adiante:

"The time is close when in order to stimulate the incipient recovery, several countries will be able to afford tax cuts on a moderate scale while creating investment incentives of various types."¹

Como se vê trata-se de um endosso claro das posições dos "supply siders" norteamericanos que reflete uma vez mais a extensão da ideologia conservadora.

Já nos relatórios internacionais, supostamente mais objetivos, as conclusões não são muito otimistas. Assim, o úl-

(1) Ver Robert Marjolin "Is Europe suffering from Sclerosis?" in - AMEX Review - June 24th 1985.

timo relatório da OECD, depois de um capítulo sobre as incertezas, passa às tendências de médio prazo, no qual conclui:

"More disturbingly, despite considerable interest in and encouragement of high technology in Europe over the years, its trade balance appears to be on a secular downward trend. Were those trends to continue, Europe would increasingly tend to become a net supplier to the rest of the world of food and raw materials, and low technology manufactured goods, areas where competition from non-OECD countries (and certain non-European OECD countries) can be expected to become fiercer as and when protectionist barriers are dismantled."²

Em resumo as novas tendências econômicas internacionais são instáveis e pouco otimistas para a Europa e a Periferia do Mundo Capitalista. São instáveis também para os EUA e o seu novo parceiro, o Japão, mas apresentam possibilidades de uma articulação hegemônica que pode conduzir a médio e longo prazo a uma reordenação da economia mundial. É sobre esta perspectiva, embora ainda duvidosa e de resultados incertos, que se encaminham as considerações finais deste trabalho.

(2) OECD Economic Outlook, June 1985, pgs. 22/25.

TABELA 3

Distribution of New US Market
Share of the increase in US Imports

%	1984 on 1982		1984 on 1982
Developped Countries	71.3	Developping Countries	26.3
West Europe	23.3	East Asian NICs	17.8
EEC	18.3	Taiwan	7.5
Germany	6.1	S.Korea	4.7
Italy	3.3	Hong Kong	1.7
France	3.1	Singapore	2.1
UK	1.7	Latin America	12.1
Netherlands	1.9	Brazil	4.2
Non EEC	5.0	Mexico	2.9
Japan	23.7	Venezuela	2.2
Canada	23.3	Planned Economies	2.4
		China	1.0
TOTAL	100.0	TOTAL	100.0

Source: US Department of Commerce

TABELA 4

US Imports by General Type

	Imports 1984 \$ billion	% Change over 1982	% Share of change
Machinery and Transport equipment	123.1	62.6	54.9
Manufactured goods	94.4	46.0	34.5
Mineral fuels etc.	63.3	-6.4	-5.1
Food & live animals	19.4	23.5	4.3
Chemicals etc.	14.4	45.5	5.2
Crude materials, inedible	11.9	27.7	3.0
Other	14.7	23.2	3.2
TOTAL	341.2	33.9	100.0

Source: US Department of Commerce

Publicado em: The Apex Bank Review - Abril 29, 1985.

4. Um Novo Esquema Centro-Periferia ?

A nova divisão internacional do trabalho que está em discussão passa pelo adensamento das relações econômicas entre os EUA, o Japão e os NIC's asiáticos.¹ Este reforçamento da "Base do Pacífico", serviria de contrapartida à sua expansão no após guerra no Atlântico e daria finalmente à grande potência americana uma configuração cêntrica. Vale dizer o mapa do mundo mudaria finalmente de configuração estrutural na qual o europocentrismo histórico desapareceria e os EE.UU deixaria de ser uma grande potência "excêntrica". No fim do século a visão geográfica do mapa mundi seria, em forma generalizada, a que já hoje é encontrável nos escritórios de algumas multinacionais. A saber, o continente americano no centro, o europeu à direita e o asiático à esquerda. A posição "asiática" ou "européia" duvidosa seria, uma vez mais, a da União Soviética, não apenas por sua dupla condição geográfica, mas porque não está claro se manterá sua atual condição de grande potência "isolada", na dependência de suas relações com a Europa e a China e de sua estratégia de enfrentamento com os EE.UU.

A nova divisão internacional do trabalho numa economia mundial que hierarquize os mercados em forma distinta e reenquadre as "velhas" potências de modo diverso ao da "guerra fria", daria ao movimento de comércio e de capitais tendências completamente diferentes das verificadas no após guerra. Para começar, um grau de abertura maior e permanente da economia americana, permitiria o atrelamento da economia japonesa que tem maior po-

(1) Ver a este respeito a interpretação de Aglietta in "World Capitalism in the Eighties" (1982) N.L.R.

tencial de acumulação e uma tendência a um superávit estrutural de balanço de pagamentos. Se os EE.UU. conseguirem acoplar em forma decisiva a economia japonesa a uma estratégia convergente de crescimento a longo prazo, a transnacionalização do capital passaria a estar centrada no espaço nacional americano e na sua periferia imediata. Este movimento cêntrico contrastaria com o deslocamento por ondas excêntricas ocorrido até meados da década de 70, em que a Europa, a América Latina e a Ásia (com exceção do Japão) foram sucessivamente os espaços preferenciais de expansão das filiais norte-americanas. Esta reordenação mundial do comércio e do investimento permitiria que os EUA passassem a ter um destino distinto da Inglaterra na primeira grande depressão. A Inglaterra, como se recorda, foi obrigada a financiar através da exportação de capitais, no período recessivo de 1980/90, parte da modernização do mundo capitalista e acabou ficando para trás em sua base tecnológica e produtiva, embora continuasse com a hegemonia mercantil-financeiro e militar até 1914.

A base econômica americana possui na verdade algumas vantagens nítidas para este movimento de reconcentração e atração de capitais. Além de ser continental é em si mesma mais equilibrada, pois a industrialização americana, em todos os estágios desde o Século XIX, sempre foi fortemente ligada ao desenvolvimento agrícola e de serviços urbanos. A grande corporação transnacional, como bloco de capital e padrão de organização industrial, foi também uma invenção do sistema americano que revelou

um grande potencial de acumulação por conter todas as caras do capital: agrário, urbano, mercantil, industrial e financeiro. Quando o mercado interno americano passou a crescer menos que o potencial de expansão das suas grandes empresas, estas foram obrigadas a expandir-se para fora.

O Japão encontra-se agora numa situação similar à dos EE.UU. no pós guerra, sem contar porém com uma base interna suficiente para retomar o antigo dinamismo. O único grande mercado para o qual ele pode exportar crescentemente produtos, tecnologia e capitais é o americano. Depois de haver feito na década de 70 a sua própria transnacionalização na Ásia, e em parte do continente europeu e latino-americano, resta-lhe agora a associação ou fusão com o capital americano no espaço de influência dominado por este. Isto não ocorrerá sem conflitos entre as duas partes, dada a assimetria das relações. Os protestos dos capitais americanos prejudicados pela fúria exportadora japonesa já começaram, mas o investimento direto tem em seu apoio a possibilidade de Joint-Ventures com os capitais locais mais dinâmicos e um vasto espaço de modernização.

O grande problema para a redefinição do sistema industrial americano não é o da sua competitividade com o exterior a curto prazo, que seria inclusive nociva a um novo "equilíbrio macroeconômico", mas o destino a longo prazo da sua estrutura produtiva é comercial, em particular, do seu próprio sub-sistema de filiais industriais e bancárias. O sistema bancário ao transna-

cionalizar-se requeria para salvar-se da crise e retornar a "porto seguro" uma diplomacia do dólar forte, que o FED providenciou. Esta política porém prejudicava, e segue prejudicando, a retomada da expansão do investimento das filiais industriais no mundo e a própria retomada sólida do crescimento americano a longo prazo.

Por outro lado os problemas estruturais da reorganização industrial americana não passam apenas pela modernização tecnológica dos seus setores e empresas de ponta, como vem ocorrendo até agora, mas também pela amortização acelerada do velho capital industrial e pela reestruturação dos seus serviços de infraestrutura e utilidade pública. Tudo isto é praticamente impossível de realizar com as atuais taxas de juros e de endividamento. Sem uma desvalorização lenta da dívida interna e externa americana, que permita estabilizar os mercados de crédito a longo prazo e reestruturar o mercado de capitais internacional, não é possível visualizar um horizonte de cálculos para a retomada firme do investimento nestes setores.

O refluxo de capital bancário americano já ocorreu, a entrada de capital estrangeiro processa-se rapidamente nos setores de alta tecnologia e a reconcentração dos capitais privados aumenta a passos largos nos setores de tecnologia intermediária. A "oligopolistic reaction" de Knickerbrocker (1973) está agora operando em sentido inverso, no sentido de reconcentração de capital na própria economia americana. Resta saber

como se processará o novo "equilíbrio oligopólico" de que falam Hymer e Rowthorn (1970). Para isso o destino do mercado comum europeu continua uma interrogante, sem resposta, enquanto a política global européia não adquirir maior autonomia e coordenação interna.

O ciclo longo de crescimento Schumpeteriano ainda não está a vista porque para tanto falta redesenhar e financiar em novas bases o reajuste do sistema de energia, transportes e comunicações, tanto nos EUA, como no resto do mundo. Isso passa na maior parte dos países por um rescalonamento da dívida externa e pública, impossível de imaginar com o atual sistema de crédito. O atual "Ciclo do Produto" baseado na informática não parece, por si só, ter poder indutor suficiente para alavancar uma onda de acumulação de longo prazo.¹ Afinal nenhum cluster de inovações modificou a base técnica mundial sem novos mecanismos institucionais e financeiros e sem modificar radicalmente a Divisão Internacional do Trabalho. Para concluir, o desenvolvimento futuro da economia mundial, dada a sua atual estrutura a-ponta para uma arquitetura mais complexa do que uma simples agregação de "economias nacionais" ou de "sub-sistemas de empresas e bancos transnacionais" poderiam indicar. Até ficar claro se as avenidas da transnacionalização do capital atravessam a base continental americana e qual será a capacidade dos EUA de reequilibrar estruturalmente os mapas do Atlântico e do Pacífico, fica difícil utilizar com algum rigor a expressão "Sistema

(1) Além de não parecer repetir as características apontadas por Vernon em seu artigo clássico.

Capitalista Internacional".

Como diz Hobsbawn (1979), criticando Rostow (1978):

"There is no theoretical reason to assume that capitalism is incapable of generating another period of expansion or "kondratiev upswing, though some empirical reason for doubting (Rostow's view) that this has started" ... "it is reasonable to suppose that capitalist world economy is likely to survive its present global difficulties, though some weaker countries may not overcome theirs".

Neste período de transição que ainda está longe de terminar ou de chegar a bom termo, é indiscutível a retomada da Hegemonia Americana, o que não se sabe é da viabilidade dos EE.UU. se transformar de forma estável numa economia cêntrica a partir da qual, com ou sem uma nova ordem institucional explícita, o mundo seria reorganizado por uma nova geografia econômica e política. O que tão pouco fica claro é o destino das suas novas "Periferias", a começar pela Europa e a terminar na América do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M.: "World Capitalism in 'the Eighties", in New Left Review, nº 136, 1982.
- ALIBER, R.Z. - The International Money Game - Basic Books, N. York, 1979.
- FAJNZYLBER, F. - El debate industrial en Estados Unidos: Entre el desafío japonês e el espectro de Inglaterra - julio, 1985.
- GILPIN, R.R. - U.S. Power and the Multinational Corporations - The Political Economy of Foreign Direct Investment - MacMillan, Londres, 1975.
- HOBSBAWN, E. J. - "The development of the world economy". Cambridge Journal of Economics, 1979.
- HYMER, S. e ROWTHORN, R.: "Multinational corporations and international oligopoly - the non-american challenge"; in KINDLEBERGER, CP (ed) - The International Corporation, M.I.T. Press, Cambridge, Mass, 1970.
- KNICKEBROKER, F.T. - "Oligopolistic Reaction and Multinational Enterprises"; Harvard University Press, Boston, 1973.
- LICHTENSZTEJN, S. - "América Latina em la Dinâmica de la Crisis Financiera Internacional". Ponência apresentada al Seminario "Internacionalizacion e Industrializacion de la Periferia" - CIDE, México, 1983.
- MOFFITT, M. - The World's Money, Ed. Simon and Schuster, N. York, 1983.
- ROSTOW, W.W. - The World Economy: History and Porpect, London, MacMillan, 1978.
- TAVARES, M.C. e TEIXEIRA, A.: "La Internacionalizacion del Capital y las Transnacionales en la Indústria Brasileira". Revista de la CEPAL, agosto de 1981.
- TRIFFIN, R.: Gold and the Dollar Crisis, Yale University, Press, 1960.
- VERNON, R.: "Investimento Externo e Comércio Internacional no Ciclo do Produto", orig. in "Quaterley Journal of Economics", Vol. 80, pp. 190 - 207, maio, 1966.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1985

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
65. TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. <u>Uma reflexão sobre a inflação contemporânea.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1984. (Discussão, 65)	30
66. ERBER, Fábio Stefano; GUIMARÃES, Eduardo Augusto; ARAUJO JR., José Tavares de. <u>A política tecnológica da segunda metade dos anos oitenta.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1984. (Discussão, 66)	55
67. SABOIA, João L.M. e TOLIPAN, Ricardo M.L. <u>A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 67)	24
68. TAVARES, Maria da Conceição. <u>A retomada de hegemonia norte-americana.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 68)	24
69. SABOIA, João L.M. <u>Considerações sobre as transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a recessão - 1980/1983.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 69)	52
70. ZONINSEIN, Jonas. <u>Valor, concorrência e concentração.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985 (Discussão, 70)	47
71. KUPFER, David S. <u>O setor de medicamentos no Brasil: aspectos da estrutura industrial.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 71)	21
72. PENA, Maria Valéria Junho. <u>A política salarial do governo Figueiredo: um ensaio sobre sua sociologia.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 72)	41
73. LETTE, Antonio Dias. <u>A transição para a Nova República.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 73)	101
74. GUIMARÃES, Fábio Celso de Macedo Soares. <u>As macroeconomias neoclássica e keynesiana - Alguns reparos à "dinâmica macroeconômica" de Simonsen.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 74)	14
75. PERINE, Leila. <u>Competitividade dos periféricos nacionais: Unidades de disco (Drive).</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 75)	32
76. ERBER, Fábio Stefano; ARAUJO JR., José Tavares de; TAUILLE, José Ricardo. <u>Restrições externas, tecnologia e emprego. Uma análise do caso brasileiro.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 76)	77
77. TAVARES, Maria da Conceição. <u>A Retomada da Hegemonia Norte-americana.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 77)	51